

Jornalista é esmurrado na Reforma Agrária

O clima de ameaças e de violência que se instalou, desde ontem à noite, nos trabalhos de votação do anteprojeto da Subcomissão da Reforma Agrária, atingiu também os jornalistas destacados para fazer a cobertura jornalística. Ontem à tarde, o fotógrafo do O Globo, Sérgio Marques, foi esmurrado por um segurança no Plenário do Senado que se recusou a se identificar. O jornalista, levado ao hospital, teve constatada fratura no nariz.

A tentativa de boicotar o trabalho da imprensa na Subcomissão de Política Agrícola, Fundiária e de Reforma Agrária começou sábado, logo após o início dos trabalhos de votação no plenário do Senado Federal. Por ordens superiores, foram destacados dois seguranças "peso-pesados", que impediam a entrada de qualquer profissional.

Exigiam um credencial especial e sequer permitiam qualquer tipo de argumentação. "Ninguém entrava e ponto final".

Ontem à tarde, o esquema de segurança aumentou, embora a votação já houvesse terminado na madrugada. O repórter Márcio Chaer, da Folha de S. Paulo, ao tentar entrar no plenário, foi esmurrado e ameaçado pelos seguranças. Minutos depois, foi a vez do fotógrafo Sérgio Marques, que se desentendeu com os seguranças e levou um soco no nariz.

Vários deputados tentaram contornar a confusão que se instalou. Os jornalistas foram desrespeitados pelos seguranças que, em bloco, partiam para cima de qualquer um que se manifestasse. Impossibilitados de continuar os trabalhos, os jornalistas retiraram-se do plenário, em protesto.

Justiça Militar não mais julgará civil

Nenhum civil será mais julgado pela Justiça Militar, que agora ficará restrita aos crimes praticados pelos militares dentro dos quartéis. Isto se prevalecer na futura Constituição o projeto do relator Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), aprovado ontem à noite pela Subcomissão do Poder Judiciário.

Em reunião que se prolongou por mais de 10 horas, a Subcomissão decidiu ainda manter os cartórios no âmbito da iniciativa privada, assegurando aos escreventes substitutos a sucessão dos titulares no caso de vacância. Fortíssimo, o lobby dos donos de cartórios conquistou 16 votos, contra apenas 3 a favor da estatização proposta pelo relator. Os defensores mais exaltados da privatização eram o deputado Adolfo de Oliveira e o senador Leopoldo Perez, membros da Subcomissão e eles próprios titulares de serventias, além do líder pefelista José Lourenço, segundo o qual os cartórios oficiais da Bahia são verdadeiros "centros de corrupção".

CÂMARA

A Subcomissão do Judiciário rejeitou a proposta de extinção do Supremo Tribunal Federal e de criação de um Tribunal Constitucional. Em contrapartida, aprovou a instituição de uma Câmara Constitucional dentro do próprio STF, destinada especificamente ao julgamento de questões

envolvendo dispositivos da Carta Magna.

Outra sugestão do relator derrubada pelos colegas foi a extinção dos representantes classistas na Justiça do Trabalho. Eles não só foram mantidos, para alegria das dezenas de vogais que se encontravam nas galerias do auditório Nereu Ramos, como ganharam um novo processo de indicação: passarão a ser eleitos pelos sindicatos e não precisarão mais ser nomeados pelo Judiciário.

O funcionamento de pelo menos um Tribunal Regional do Trabalho em cada Estado também foi aprovado ontem. Da mesma forma, os constituintes acatarão a emenda do senador Maurício Corrêa no sentido de reduzir de 15 para 11 o número de membros do Superior Tribunal Militar — a argumentação é que eles terão menor carga de trabalho, já que passarão a julgar apenas os crimes cometidos por militares dentro dos quartéis.

A limitação da competência do STM, aliás, foi objeto de grande polêmica no seio da Subcomissão. Entre frases como "as Forças Armadas são um mal necessário" (do deputado Plínio de Arruda Sampaio) e "precisamos fortalecer o poder civil" (do senador Maurício Corrêa), os parlamentares terminaram aprovando o texto proposto pelo relator, em consequência do qual nenhum civil será mais julgado por juiz militar.

Plebiscito decidirá por mais 6 estados

A Subcomissão dos Estados aprovou a criação de mais seis unidades da Federação e a transformação dos atuais territórios do Amapá e Roraima em estados. No entanto, estabeleceu que para efetivá-los será necessária uma consulta através de plebiscito na região onde serão formados. A nova divisão territorial do País não causou polêmica na sessão destinada à votação do anteprojeto do relator, deputado Siqueira Campos (PDC-GO). Os novos estados poderão

ser os seguintes: Tocantins, que desmembraria o Norte de Goiás; Santa Cruz, na Bahia; Maranhão do Sul, dividindo em dois o atual Estado do Maranhão, Juruá, que desmembraria parte do atual Amazonas e teria como capital Caruaru; Tapajós, reunindo áreas do Pará; e Triângulo Mineiro.

O atual território de Fernando de Noronha seria incorporado a Pernambuco, que receberia de volta parte de Minas Gerais e da Bahia.

Cai o tabelamento dos juros reais

CORREIO BRAZILIENSE

ANC P 9

25 MAI 1987

Em reunião que mais parecia uma comédia repleta de equívocos, a Subcomissão do Sistema Financeiro aprovou ontem o anteprojeto final do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), mas suprimiu ou modificou importantes propostas originais. A mais importante decisão foi a eliminação, por 11 votos a oito, do dispositivo que tabelava em 12 por cento ao ano os juros reais no mercado financeiro.

Os 19 integrantes da subcomissão, atrapalhados pela confusa presidência do senador Cid Sabóia de Carvalho (PMDB-CE), gastaram o dia inteiro para votar o anteprojeto e as emendas. Houve de tudo: bate-bocas aos berros, interpretações flutuantes e contraditórias do Regimento Interno da Constituinte, votações interrompidas no meio, conversas paralelas, frouxidão no cumprimento das mais elementares normas parlamentares.

Pelo menos cinco líderes partidários — PMDB, PFL, PDT, PTB e PCB — puderam testemunhar as mais incríveis trapalhadas que tiveram a subcomissão como cenário. O presidente

da Comissão do Sistema Tributário, deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ), e o relator, deputado José Serra (PMDB-SP), receberam uma aula definitiva de como não se deve trabalhar na Constituinte.

ESTATIZAÇÃO

Lançada pelo deputado Darcy Deitos (PMDB-PR), a tese da estatização dos bancos sofreu sua primeira grande derrota, por 15 votos a quatro. A nacionalização, apesar de não ter sido votada em destaque, ganhou força porque foram preservados os artigos que limitam a atuação dos bancos estrangeiros no País.

A idéia de restringir o crescimento das instituições bancárias gigantes, que reinvestem seus lucros em outros setores da economia, também foi rejeitada. Mas foi endossada a proposta de extinção do Conselho Monetário Nacional, cujas funções serão exercidas pela Comissão Especial Mista Permanente do Sistema Financeiro. Outra novidade introduzida em relação ao anteprojeto preliminar é que a União não mais se responsabilizará

pelos depósitos nas instituições financeiras privadas e bancos estaduais. Será criado um Fundo de Seguro para isso.

Pelo anteprojeto aprovado ontem, compete à União emitir moeda, fiscalizar operações de crédito, câmbio, capitalização e seguros, legislar sobre sistema monetário e financeiro, estimular a formação de poupança, além de definir medidas para garanti-la. Mas será o Congresso Nacional que legislará sobre matéria financeira, cambial e monetária, estabelecerá os limites da emissão de moeda e de títulos públicos, e aprovará empréstimos internos e externos de tudo o que for público.

Os municípios ganharão o poder de decidir o horário de funcionamento das agências bancárias. O Tesouro Nacional usará o Banco do Brasil como intermediário da execução orçamentária, não o Banco Central. Outra inovação é que o Poder Executivo, um ano após a promulgação da nova Carta, fará uma auditoria da dívida pública contraída junto a instituições estrangeiras.



Vilani votou contra a estatização que Deitos defendeu com vigor

Agressão faz funcionário se demitir

Os prazos regimentais e uma enorme gama de trabalho têm feito alguns funcionários das duas casas do Congresso Constituinte trabalhar em ritmo exaustivo, extrapolando os horários e adiando seus compromissos pessoais. Ontem, um fato desagradável chegou ao conhecimento do presidente Ulysses Guimarães através de uma carta de demissão do secretário da Comissão do Serviço Público Civil, Luiz Cláudio de Brito.

Há treze anos funcionário do Congresso, com um currículo rico em experiências e exemplar comportamento, motivos pelos quais foi escolhido para secretariar a Comissão, Luiz Cláudio apresenta como motivos de sua demissão, "irrevogável"; agressões "com insultos e chacotas" da parte de dois constituintes: Paulo Macarini (PMDB-SC) e Jorge Uequed (PMDB-RS), na reunião da subcomissão de Saúde.

Primeiro-ministro não sucede titular

O "espírito de corpo" dos parlamentares levou a Subcomissão do Poder Executivo a incluir, entre as resoluções da madrugada de ontem, um dispositivo que vários deputados não conseguiram explicar: no sistema semiparlamentarista, o primeiro-ministro será o terceiro da linha de sucessão do Presidente da República, e não o primeiro.

De acordo com o dispositivo, criado pelo mesmo grupo que fixou em cinco anos o mandato presidencial o primeiro substituto é o presidente da Câmara. Em caso de impedimento deste, assume o presidente do Senado. Só se nenhum dos dois assumir entra o primeiro-ministro.

A explicação foi dada ontem por Expedito Machado: "Prevaleceu o sentimento de corpo e a tradição

brasileira de privilegiar parlamentares na linha de sucessão".

MUNICIPIOS

O anteprojeto que a Subcomissão dos Municípios envia hoje à Comissão de Organização do Estado propõe a constituição municipal, conselhos municipais de ouvidores para fiscalizar a administração e criação de impostos pelos municípios. Determina ainda que Estado e União não concedam benefícios fiscais nem isenções com a parcela dos impostos arrecadados nos municípios. O relator da subcomissão, Aloysio Chaves (PFL-PA), defende um federalismo que defina os encargos dos municípios e incentive a fiscalização da administração municipal pela comunidade.

AVISO À PRAÇA

Comunicamos o furto de tallonários de cheques n.ºs 652801 a 653760 do Banco Itaú, ag. 0198-BSB da Conser-vadora Planalto Ltda.